



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

31 de julho de 2012 – 9h

PAUTA

Informes:

Expediente:

- I. Aprovação da ATA da 27ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 06 de junho de 2012;
- II. Sugestões de inclusão de Pauta

Ordem do dia:

- I. Deliberação sobre Alteração do Texto da Resolução 014/CONFEMA/2011.
- II. Apreciação e Deliberação sobre Desapropriação de Área para Implantação do Parque Linear Sete Cruzes (Processo nº 2009 -0.330.632-4);
- III. Apreciação e Deliberação sobre Contratação de Obras para Implantação do Parque Nair Belo (Processo nº 2011 -0.212.783-0);
- IV. Apreciação e Deliberação sobre Complementação de Aditivo de Valor da Desapropriação de área para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA:
 1. Propriedade de **MIGUEL PADULA FILHO E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo, nº 17 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 - 0.214.087-7);
 2. Propriedade de **JOSÉ FERREIRA DE FREITAS E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.426 / 3.072* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.203-9);
 3. Propriedade de **BÁRBARA KRESS**, situada à Rua Peixe Vivo, nº 114 / 11* - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 - 0.214.132-6);
 4. Propriedade de **RUI RODRIGUES DA ROCHA E S/M**, situada à Av. Robert Kennedy, nº 3.356 e 3.360 - Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 -0.214.180-6);



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

5. Propriedade de **ADOLFO CAMARGO E S/M**, situada à Rua Peixe Vivo, nº 180 Jardim Santa Helena / Capela do Socorro, para implantação do PARQUE PRAIA DE SÃO PAULO – ORLA GUARAPIRANGA (Processo nº 2010 - 0.214.171-7);

Anexos:

ATA da 27ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA de 06 de junho de 2012;

MEMORANDO Nº. 066/SVMA.G/2012;

Parecer do Processo nº 2009 -0.330.632-4;

Parecer do Processo nº 2011 -0.212.783-0;



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Secretário Eduardo Jorge: Bom dia. Bom dia. Vamos iniciar a sessão do Conselho. Eu vou passar a palavra para a Helena Magozo, que vai encaminhar a ordem do dia. Obrigado.

Coordenadora Helena Magozo: Bom dia a todos e a todas. Nós estamos na 68ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA, 31 de julho de 2012. Aqui, no térreo da Secretaria do Verde. Primeiro dizer, vocês já perceberam, que o Secretário Eduardo Jorge voltou. Nós tivemos a presidência do Carlos, que hoje voltou a ser chefe de gabinete novamente, e o Secretário retornou então, para comandar a pasta. Nós já temos quórum, então nós vamos começar pela aprovação da ata da 27ª Reunião Plenária Extraordinária do CONFEMA, de 6 de junho de 2012. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da ata, permaneçam como estão. Está aprovada por unanimidade. Sugestões de inclusão de pauta? Então nós vamos para a ordem do dia. Nós vamos começar com o primeiro ponto da ordem do dia, a deliberação sobre alteração do texto da resolução 14/Confema 2011. Nós estamos aqui com o chefe de gabinete, o Carlos Fortner, que vai contextualizar essa proposta, explicando a motivação da solicitação de alteração do texto.

Chefe de Gabinete Carlos Fortner: Bom dia, bom, como a Helena falou, nós temos uma proposta para fazer a alteração daquela deliberação anterior, da resolução anterior, que permitia direcionar os recursos de TCA para aquisição de áreas. Lá na Câmara de Compensação, nós temos feito diversas substituições do recurso de TCA por... das mudas, quando não tem condição de entregar a muda no viveiro, porque o viveiro está com a capacidade máxima, a gente tem convertido isso em recursos, para depósito no FEMA especificamente para aquisição de áreas. Até hoje, foram cerca de 15 milhões de reais, transformados em recurso para aquisição de área, e cerca de 12 milhões já foram feitas aquisições. São cerca de 50 processos. Alguns dos quais, já passou por aqui. Ou todos eles passam por aqui, evidentemente. O que se constatou foi, quando se faz o recebimento da área, quando a gente recebe a emissão na posse de uma área, imediatamente tem o problema da vigilância. Tem que executar um contrato de vigilância de imediato. Porque senão, a área que foi recebida, foi desocupada, ela fica aberta lá, ela pode ser reinvasada. A maioria dessas áreas, em geral, também está perto de áreas de conflito, áreas de vulnerabilidade. A proposta seria que, além da gente poder usar esse recurso para a aquisição das áreas, imediatamente, também, se pudesse usar esse recurso para o cercamento, de forma a preservar essas áreas. Aí, sempre surge aquela pergunta: por que o recurso do cercamento não está no orçamento? O recurso do cercamento até, eventualmente, está no orçamento em algumas oportunidades. O que acontece é que a gente nunca sabe, dentro do prazo do andamento do processo, quando vai ser liberado, quando vai ser entregue a área para a emissão na posse. Isso depende sempre de negociação judicial, tem o trâmite interno que foge do controle da



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Secretaria, que pode demorar mais ou demorar menos. Então a gente empenhar um recurso, reservar um recurso para fazer um cercamento de uma área que a gente não sabe quando vai ser recebida... Eu tenho no orçamento desse ano, por exemplo, eu tenho uma dotação que permite obras específicas para cercamento de parque, de áreas verdes. Mas eu não sei se essas áreas que a gente está adquirindo agora, se elas chegam esse ano. Ou se chegam ano que vem. Ou pode levar mais tempo. Pode não chegar tão rápido. Então eu não vou empenhar, reservar um recurso, em detrimento de outras obras que eu sei que tem o controle de prazo para poder fazer, esperando o dia que vai chegar a obra. Então a ideia seria, se a gente pudesse disponibilizar do dinheiro para aquisição de áreas, também liberar para cercamento, no momento em que se recebe essa área, que se tem emissão na posse dessa área, pode-se fazer também a contratação do cercamento, que é relativamente rápido. A finalidade seria a mesma, garantir que aquela área seja de fato, uma área verde. Teve um caso específico, logo depois que se recebeu a emissão da posse de uma área, não são áreas adquiridas com recurso do FEMA, foram áreas desapropriadas com outros recursos, de um dia para o outro, tinha 28 barracos montados em cima. E a gente tem ali, naquele caso, tem um contrato de vigilância móvel. Não dá para se implantar vigilância fixa, no local. O cercamento ajuda muito no controle da vigilância. Porque você tem uma área cercada, você tem ela delimitada. Então, se alguém entra na área, fica mais fácil você retirar. Então, a proposta seria essa: a gente fazer uma alteração da resolução 14/2011, incorporando ao texto, esse artigo na última folha do ofício que eu encaminhei para a Helena, o artigo 3º e o artigo 4º. *“Alternativamente, esse recurso depositado no FEMA pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental, nos Termos de Compensação Ambiental, TCA, poderão ser utilizados para os serviços e obras de cercamento de terras onde serão implantadas áreas verdes, em conformidade com os pressupostos do sistema de áreas verdes, instituído pela Lei Municipal 13.430/2002, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, visando assegurar sua integridade, evitar invasões e potencializar o serviço de vigilância. Contratação do serviço de obras e cercamentos seguirá todos os preceitos legais que regem a matéria.”* Pesquisa de preço, licitação, etc. A vantagem disso seria, a gente teria um recurso, quando recebe a emissão na posse, se a gente puder disponibilizar esse recurso, imediatamente dá para contratar esse cercamento.

Coordenadora Helena Magozo: Vocês acham importante nós lermos toda a resolução? Vamos lá então? Então, qual é a proposta da nova resolução, que alteraria então, a resolução 14/Confema2011. Então, artigo 1º. Que já era da resolução anterior. *“Esgotadas as possibilidades de realizar compensação ambiental no local do empreendimento, os recursos depositados no FEMA pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental, CCA - SVMA, nos Termos de Compensação Ambiental, TCA, serão utilizados para aquisição de terras para implantação de áreas verdes. Em conformidade*



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

com os pressupostos do sistema de áreas verdes, instituído pela Lei Municipal 13.430/2002, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. As aquisições de terras seguirão todos os preceitos legais que regem a matéria.” Artigo 3º, , essa é a alteração. “Alternativamente, esses recursos depositados no FEMA pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental – CCA - SVMA, nos Termos de Compensação, TCA, poderão ser utilizados para serviços e obras de CERCAMENTO DE TERRAS, onde serão implantadas áreas verdes, exclusivamente para essa implementação, em conformidade com os pressupostos sistemas de áreas verdes, instituído pela Lei Municipal 13.1430/2002, plano diretor estratégico do município de São Paulo, visando assegurar sua integridade, evitar invasões e potencializar o serviço de vigilância. Artigo 4º - “A contratação dos serviços e obras de cercamento seguirá todos os preceitos legais que regem a matéria.” Artigo 5º - “Essa resolução entrará em vigor na data da sua publicação, e torna sem efeito, a publicação da Resolução 14/CONFEMA/2011, de 12 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da cidade, em 14 de maio de 2011, página 25.” Então, vamos para o posicionamento dos Conselheiros. Quem quer se manifestar? Podemos ir para a deliberação então? Então, os Conselheiros que são favoráveis à proposta de alteração da Resolução 14/CONFEMA/2011, conforme o texto que nós acabamos de ler, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Agora, nós vamos para o terceiro ponto de pauta, porque quem vai apresentar o segundo ponto ainda não chegou. Mas está chegando. Então nós vamos para o terceiro ponto de pauta, que é apreciação e deliberação sobre contratação de obras para a implantação do Parque Nair Bello, processo 2011.0.212.783-0. Nós estamos com o Edmilson e com a colega, por favor, se apresente.

Edmilson: Bom dia. Meu nome é Edmilson. Como alguns já sabem, eu sou do Departamento de Parques e Áreas Verdes, DEPAVE, Divisão de Projetos. A Maryllen é arquiteta, trabalha com a gente também, e vamos apresentar a diretriz de projeto do Parque Nair Bello, o Parque que fica aqui na região de Itaquera, agora, nessas áreas dos entornos aqui, do Parque do Carmo, onde existem ainda, resquícios de área verde . (falha no áudio). E aí, dentro dessa proposta, está a preservação dessa grande área verde.(falha no áudio). E queremos preservar esse maciço que ainda existe aqui, no centro da zona leste, a gente está tentando implantar agora esse parque que foi nomeado com o nome da atriz, Nair Bello, que funciona da seguinte forma: aqui, a gente fez questão de colocar, novamente, essa foto aqui, com a rede hídrica do município, para demonstrar a quantidade de córregos aqui, nessa área, que são afluentes do rio Aricanduva. E por isso então... Esse parque é uma das nossas tentativas de tentar preservar alguns dos afluentes do rio Aricanduva que ainda existem. Aqui o Plano Regional Estratégico da Subprefeitura. Essas áreas verdes que eu estou apontando aqui, que são as áreas que integram o Parque Nair Bello. Aqui, é uma foto dos parques que existem no entorno do



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Parque Nair Bello. O Parque Nair Bello seria essa mancha azul que está aqui no canto. Existe, no planejamento, aqui com o DEPLAN, a intenção de a gente expandir essa área aqui, de onde está azul para toda essa área aqui, e incorporar toda essa área aqui, que hoje é denominada Parque Savoy City, e a gente tentar incorporar isso, para a gente criar toda essa alça aqui, de áreas verdes aqui, na margem direita do rio Aricanduva, preservando... Porque é uma região bastante... Aqui é um trecho aqui de Itaquera, que é bastante acidentado, tem bastantes morros, e ainda existe uma vegetação, ainda, remanescente, que é importante. A gente considera importante. A gente também colocou aqui nessa fotografia, o Parque Natural Fazenda do Carmo, o Parque tradicional do Carmo, e a proposta de expansão do Parque do Carmo para essa área vermelha aqui, que também é um planejamento que consta nas nossas diretrizes aqui, do DEPAVE 1. Essa daqui é a área do Parque Nair Bello. Está vendo? Essa grande alça. Isso daqui tudo é um grande desnível topográfico, aqui. Você tem toda área do bairro do loteamento Savoy, que acontece aqui, em uma cota, quase 30 metros do vale do rio Aricanduva, e toda essa área aqui é um grande morro, inclinação acima de 45%, caracterizando uma área de APP. E a intenção da gente foi, a princípio, fazer a implantação do Parque em toda essa área aqui. Em toda essa alça. Porém, quando a gente começou a fazer o levantamento fundiário desses terrenos, observou-se que existiam ainda algumas áreas particulares, que já foram passadas para a DEPLAN, para a gente ver a viabilidade de fazer a desapropriação. Aqui existe uma área particular ainda, isso daqui consta como uma área particular. Então o que a gente conseguiu, na verdade, fazer a implantação... Só mais uma coisa. Essa daqui seria a área propriamente dita do Parque Nair Bello. E aqui, fazendo uma ampliação da imagem, para demonstrar que toda essa alça aqui, de áreas verdes, e isso aqui, tudo, é o que a gente pretende implantar o Parque Savoy City, que é toda essa área aqui, e fazer incorporar no Parque Nair Bello. A intenção para a gente agora, era o quê? Fazer como a gente sempre faz. A gente fazer o cercamento imediato, para evitar essa iminência de ocupações, e criar uma sede administrativa para ter o administrador presente na área, fazendo a preservação e a própria vigilância, dos danos ambientais que têm ocorrido nessa área, por conta de descarte de entulho, por conta de queima inclusive. Recentemente teve uma queima nessa área aqui, que a gente chama Campo da Vinha, não é Maryllen, esse cantinho aqui. Então essa daqui seria a área que a gente idealizou do Parque nessa primeira etapa. Ele vai ser dividido em duas etapas. A primeira etapa seria a implantação, na íntegra, do Parque Nair Bello. A segunda etapa, a gente incorporaria o Savoy City, que é essa outra área aqui do lado, criando um Parque Nair Bello como um todo. Porém, no nosso levantamento fundiário, essas áreas que vocês têm em vermelho aqui, que como eu comentei, aqui a gente tem um CDC, um Centro Desportivo Municipal, inclusive, existe até um processo aqui no DECONT, porque houve um descarte irregular de entulho aqui nesse canto desse CDC. Já está sendo verificado pelo DECONT esse



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

dano ambiental causado. Além do mais, porque isso daqui é uma área verde. Você tem a faixa de domínio aqui, da Eletropaulo. Isso daqui é uma área particular ainda, que já está em planejamento de fazer a desapropriação. Isso daqui também é uma área particular. Então o que a gente tem de área verde mesmo, oficial, que a gente tinha condições de fazer implantação, seria essa área aqui, que é, na verdade, onde se encontra, basicamente, a nascente do Córrego Igarapé Azul, que é um afluente direto do Rio Aricanduva, a nascente dele está bem próximo aqui, e é uma área mais planificada, que foi aonde a gente, então, planejou fazer a implantação da Sede Administrativa do Parque. Bem nessa área central, para com que o administrador tenha condições de fazer a vigilância com mais tranquilidade para esse lado, e também para esse lado aqui. E aqui, na verdade, a gente só priorizou o cercamento, para a gente preservar uma mata remanescente que existe aqui, uma pequena vegetação, que está considerada como área de risco, porque é uma inclinação muito alta. Outra curiosidade desse projeto que a gente está avaliando, é o seguinte: essa área toda aqui, ela é grafada como área verde, só que houve uma implantação de uma praça, são cerca de uns 8 anos atrás, chamada Campo da Vinha, nessa área aqui. Hoje, está bastante depredado. Então, a nossa intenção é a gente já incluir no próximo orçamento, a requalificação dessa área toda aqui. Por isso é que o projeto não incorporou essa área. Por conta daquele problema que a gente tem na (incompreensível) licitações, de sobreposição de objeto. Então, isso daqui é uma área que ainda não está recebida, então tem uns probleminhas. Por isso que a gente, na verdade, não avançou até lá. Então, a intenção do Parque foi a gente preservar essa vegetação aqui, nessa área bastante inclinada, e fazer a implantação da sede administrativa, garantir a posse da área. E com o passar do tempo, com a apropriação dessa comunidade que tem pedido bastante a implantação desse projeto, a gente conseguir fazer a gestão disso com mais tranquilidade. A área, basicamente, do projeto, como vocês veem, assim, toda essa parte aqui desse núcleo, ele foi caracterizado como área de lazer e circulação de alta interferência, onde a gente implantou sede administrativa, projeto de iluminação. Tem um diferencial também, por conta de ser um Parque que remete à questão dos atores brasileiros, atriz, no caso Nair Bello, a gente trabalhou com o escalonamento de dois teatros de arena, para a gente, inclusive, incentivar essa questão do teatro de rua, da cultura brasileira. A gente também pensou nisso para tentar fazer uma referência ao nome do Parque. E essa área aqui, como vocês veem, é uma área de enriquecimento arbóreo, basicamente para a gente fazer um enriquecimento. Que vocês vão ver na foto, que é uma área muito inclinada. A gente chegou a planejar alguns mirantes nesses pontos mais altos aqui. Como eu comentei com vocês, esse aqui é a cota mais alta, está a 30 metros daqui da calha do córrego, praticamente. Só que por problemas de instabilidade e por conta de um deslizamento que houve nessa área inclusive, essas praticetas, que a gente chama de praticetas, mirantes, elas foram subtraídas do projeto para a gente garantir a integridade do usuário. Esse aqui é o projeto. Essas



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

aqui são os mirantes que eu havia comentado. E esse aqui é o projeto do núcleo. Tem uma foto aqui mais ampliada. O núcleo é um projeto muito simples. Na verdade, a gente teve que respeitar toda a área de preservação do córrego, aqui, a APP, e também a nascente do córrego, então o projeto aqui, a sede administrativa está instalada aqui, próxima à rua, em uma área próxima aos passeios, existem todas as vagas para... poucas vagas logicamente, nessa intenção que a gente sempre tem de nunca tirar áreas verdes para fazer grandes estacionamentos. Então a gente, na verdade, criou um pequeno bolsão aqui, para os portadores de deficiência. O projeto todo, como eu falei, tem esses dois teatros de arena escalonados, eles estão um sobreposto do outro. Ou seja, o observador que estiver vendo uma peça aqui, ele consegue ter toda visão desse vale aqui. Também tem o diferencial, como foi feito no no Nebulosas, aqui existe uma passarela projetada com madeira plástica, dentro dessas questões de sustentabilidade que a gente tem trazido agora, esses novos materiais, que a gente tem trazido. Todo o piso colorido desse teatro de arena, ele é piso com borracha reciclável, também dentro daquela proposta que foi apresentada no Nebulosas, nas áreas de ginástica, a gente está colocando piso emborrachado, o piso reciclado de borracha, e toda iluminação do Parque também é em LED. Para a gente conseguir também aumentar a economia de energia elétrica do município. E aí, aqui é mais uma questão (incompreensível) só existe um grande calçadão que adentra aqui, essa área mais brejosa daqui, e você faz uma interligação aqui, por essa passarela dentro da mata, dentro da perspectiva de potencializar a questão da educação ambiental que existe, porque aqui existe também uma área de vegetação. Aqui, é uma maquete aérea do que a gente pensou dos teatros de arena. Essa aqui é a área do núcleo principal. Então vocês veem aqui que existe uma mata, na verdade, aqui, ela vai ser implantada a sede administrativa, os teatros de arena vão estar escalonados nesses dois platôs, e aqui vai sair uma passarela que circula por dentro da mata e chega nessa área brejosa, onde está a nascente do córrego. O córrego, ele nasce aqui, e ele corre aqui, para esse sentido. Essa é a área de onde vai ser o núcleo do Parque. Eu acho que aqui tem uma foto que dá para demonstrar para vocês aquele trecho que eu falei, que a gente só está fazendo o enriquecimento e aqui com as fotos dos dois deslizamentos que houveram. Isso daqui e isso daqui, foram dois deslizamentos que houve. A gente está tentando ver como é que a gente vai resolver. Nós tínhamos uma intenção de fazer, trabalhar com a contenção ecológica, que é uma novidade aí. A Secretaria de Habitação já tem usado nos projetos de reurbanização. A Secretaria do Verde está tentando incluir esse detalhe técnico nos nossos itens de contratação. Então é uma área que a gente achou melhor deixar preservada, completamente cercada, para preservar esse maciço de vegetação e fazer a implantação do núcleo lá naquela área mais planejada. Essa daqui é a área que eu comentei com vocês, que foi aterrada, que o DECONT já está fazendo as vistorias e já está tomando as providências. Isso daqui é uma área de aterro, que foi feita com a aprovação da diretoria do Centro Desportivo



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Municipal. É um caso um pouquinho grave, mas... e o que também nos levou a retirar essa área daqui do projeto, até que isso seja resolvido. Porque uma vez que a gente se apropria, faz projeto para a área, o ônus da recuperação da área fica para a Secretaria. A gente teria que fazer toda a remoção do material aqui, e que é, na verdade, uma responsabilidade do proprietário aqui, que é dono da área. E o projeto, na questão do valor, o projeto de implantação ficou nesse valor aqui, a sede administrativa neste valor, e o projeto executivo... isso são alguns detalhamentos, que a gente sempre coloca nos nossos orçamentos, principalmente da parte hidráulica, que sempre tem alteração, ficou nesse valor, dando um total geral de R\$ 4.279.061,23. Alguma pergunta?

Cons. Alexandre: Bom dia, Edimilson. Uma dúvida mesmo, das fotos que você mostrou. Tive a impressão, onde você... ali, que você mostra que é o calçadão, seria já...

Edimilson: Ah, isso aqui?

Cons. Alexandre: Isso. Seria já uma rua, já existente no local?

Edimilson: Não.

Cons. Alexandre: Eu tive impressão depois, nas fotos que você mostrou, que era uma rua.

Edimilson: Não. Aí é questão de partido arquitetônico. Teve essa intenção da gente tentar trabalhar essa horizontalidade em direção a essa área brejosa aqui. É mais uma questão de estética mesmo. E também tem uma coisa muito legal aqui, nesse parque, que foi previsto, que foi o jardim sensorial. A gente tem a intenção de fazer o jardim sensorial, que são com aquelas espécies que têm cheiro, e com texturas diferenciadas, também para remeter um pouco a essa questão mais diferencial de projeto. É um projeto com uma estética bem contemporânea, bem geométrica, mas é uma questão... Como foi contratado por um Termo de Compensação Ambiental, o mesmo escritório que desenvolveu o Nebulosas desenvolveu esse parque, então uma questão de partido arquitetônico, a Secretaria, na contratação, nem tem assim, tanta liberdade. A gente fecha mais ou menos o programa, e o escritório que desenvolve a proposta para dar também liberdade, a todos os arquitetos aí, da cidade também, dar seu ponto positivo.

Cons. Alexandre: E só mais uma dúvida. Atualmente, ele está só cercado, é isso?

Edimilson: Não. Ainda não está cercado. Na verdade, a implantação nossa tem essa urgência inclusive. A gente já tinha intenção de incluí-lo já no AP 2013, para a gente já começar a licitação, ainda esse semestre, porque o projeto já



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

foi recebido em meados, já, do começo do ano, e tinha ido para licitação, depois a gente retornou, porque a gente visualizou a possibilidade da gente ter o recurso aqui com vocês, para a gente conseguir fazer a implantação. E a ideia é a gente fazer o cercamento imediato. A obra começaria com cercamento, principalmente nessa área aqui de mata, que é aquela área que existem esses deslizamentos, existe, inclusive, moradias irregulares que já foram interditadas pela subprefeitura de Itaquera, e que já estão determinados de fazer a remoção das duas moradias. A ideia é a gente tentar fazer o cercamento imediato, para garantir, pelo menos, a integridade dessa vegetação que ainda existe, e fazer a implantação do núcleo, para depois, aí com fôlego, a gente conseguir fazer a expansão de todas as outras áreas que a gente pretende incorporar nesse Parque.

Carlos: São quantas moradias?

Edmilson: São duas moradias, que foram interditadas por conta, diretamente, desses dois deslizamentos. São apenas duas moradias. Mas existem algumas outras moradias que estão irregulares, e que isso já foi até informado para a subprefeitura. No caso, o Clayton da Subprefeitura. Aqui existe, nesse cantinho aqui. Aqui têm algumas moradias também. E aqui existe ainda um descarte muito grande de entulho, nessa área aqui. Isso tudo já foi solicitada ajuda para a subprefeitura de Itaquera, por intermédio do Clayton, cooperar aí nessa vigilância, pelo menos, aqui, dessa área aqui. A nossa ideia é assim: muito em breve a gente integrar também esse Campo da Vinha, fazer a leitura do processo, entender direito tudo que aconteceu aqui, para a gente poder expandir. Porque aqui já existe um campo bastante apropriado para a comunidade. Existem várias escolas. Aqui tem, você têm várias escolas aqui no interior, na verdade, foi o que à época, até incentivou a gente a incluir bem rápido esse parque aqui. Você tem escola, outra escola, e outra CEI, tudo no perímetro do Parque. A ideia é sempre tentar valorizar essas áreas verdes próximas a escolas, até fazer com que algumas atividades da escola que possam vir para o Parque e a gente consiga atender essas crianças. Pois não?

Coordenadora Helena Magozo: Eu só queria esclarecer o seguinte: porque como o Carlos falou do cercamento, esse recurso não é recurso do CCA. É um recurso do FEMA, mais geral. E na análise da disponibilidade orçamentária, se avaliou que esse parque não vai ser implantado este ano. É porque ainda vai haver a licitação, nós vamos ter poucas medições. Mas a gente imagina que possa ter, pelo menos, a obra de cercamento para garantir a área. Mas não tem como fonte, o CCA que o Carlos Fortner citou.

Edmilson: Isso.

Coordenadora Helena Magozo: É uma proposta de implantação do Parque, como o Edmilson explicou também, o projeto do parque foi fruto de um termo



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

de compensação ambiental, pois há a previsão dentro dos termos de compensação ambiental, de uma porcentagem ser revertida em outro produto, então foi revertido em um projeto. E chega ao FEMA, para implantação.

Edimilson: Isso.

Coordenadora Helena Magozo: Para vocês saberem ...

Edimilson: É. Porque o processo licitatório...

Coordenadora Helena Magozo: Vai haver o processo licitatório, a previsão é de uma execução ainda pequena, esse ano. E a gente prevê o restante dentro do orçamento para 2013.

Edimilson: É. Como a gente tem feito. Na maior parte das obras que tem se iniciado, a gente dá prioridade para o cercamento, principalmente por conta da questão das ocupações que acontecem com muita frequência na cidade. Aí, nesse caso aqui, geralmente, a previsão de licitação em dias comuns, são três meses, aí agora, têm durado mais do que isso, possivelmente essa obra... se nós conseguirmos já ter uma vencedora da licitação para outubro, vão ser duas medições, mais para garantir o cercamento, ainda esse ano. Mais alguma pergunta?

Coordenadora Helena Magozo: Então vamos para a deliberação? Querem se manifestar? Vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da utilização dos recursos do FEMA para a implantação do Parque Nair Bello, na zona leste, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Obrigada, mais uma vez, Edimilson.

Edmilson: Por nada.

Coordenadora Helena Magozo: Como é o seu nome ?

Edmilson: Maryllen.

Coordenadora Helena Magozo: Maryllen. Obrigada. Agora nós vamos para o segundo ponto da pauta, que é apreciação e deliberação sobre desapropriação de área para implantação do Parque Linear Sete Cruzes. Processo 2009.0.330.632-4. Este é um caso de desapropriação, cuja fonte é um Termo de Compensação Ambiental, TCA. Temos duas representantes do Departamento de Planejamento, que a questão de desapropriação é mais afeita ao DEPLAN. E na questão dos projetos é que já vai para o DEPAVE. Eu vou pedir para vocês, enquanto os colegas não chegam com a apresentação, nós temos prevista na pauta o item IV. Todo o item IV, em algarismo romano, que são 5 processos. São processos que já passaram aqui, pelo CONFEMA, e



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

que eles estão voltando por conta do procedimento de reavaliação de DESAP dessas áreas. Eu poderia já ir lendo para vocês, para a gente ir avançando, pois já foi aprovado, já foi explicado, o projeto, e depois nós vamos para o Sete Cruzes, está bom? Vocês aguardam um pouquinho. O item IV é apreciação e deliberação sobre complementação de aditivo de valor das desapropriações de área para implantação do Parque Praia de São Paulo, Orla do Guarapiranga. Acho que vocês lembram da apresentação. 1 - A propriedade situada na rua Peixe Vivo 17, Jardim Santa Helena, Capela do Socorro, para implantação do Parque Praia de São Paulo, Orla de Guarapiranga. Processo 2010.0.214.203-9. Resumo da CAV. “A presente proposta apresentada por DESAP visa atualizar recursos do FEMA para desapropriação de um imóvel para implantação do Parque Praia de São Paulo.” A proponente é DESAP, que é o Departamento que faz as desapropriações da Prefeitura no Município de São Paulo. O valor aprovado pelo CONFEMA foi de R\$ 347.446,02 e o valor da atualização, quer dizer, o valor total da avaliação administrativa de julho de 2012, R\$ 498.440,40. Análise e avaliação da proposta: *“Em virtude de ter havido apenas atualização do valor da avaliação administrativa, pelo fato da viabilidade técnica e orçamentária ter sido avaliada no parecer original da CAV, anexada à página 45 do presente, não temos nada a opor e somos pelo prosseguimento do processo.”* Então, os Conselheiros que são favoráveis à aprovação desta atualização do valor da desapropriação, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Número 2 - Propriedade situada na avenida Robert Kennedy, 3426 a 3072, Jardim Santa Helena, Capela do Socorro, para implantação do Parque Praia de São Paulo, Orla Guarapiranga, processo 2010.0.214.171-1. Então é a mesma coisa. Também é para atualizar os valores da desapropriação por DESAP, o valor aprovado, R\$ 288.542,25. O valor atualizado, R\$ 395.838,77. E a CAV se posiciona favorável ao prosseguimento do processo, por se tratar de ser uma atualização de uma proposta já aprovada anteriormente, em termos de sua viabilidade técnica e orçamentária. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação desta atualização e do valor total, permaneçam como estão. Por favor, Gina.

Cons. Gina: Essa atualização é atualização monetária?

Coordenadora Helena Magozo: Não só monetária. Também é atualização comercial. A avaliação era de 2010. Então você tem tanto a questão monetária, como a de valorização da área. Acho que no processo, isso está... todos os cálculos que eles fazem, Gina, isso é deixado claro. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da atualização, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. Número 3 - Propriedade situada na rua Peixe Vivo, 114 a 111, Jardim Santa Helena, Capela do Socorro, para a implantação do parque Praia de São Paulo, Orla Guarapiranga, processo 2010.0.214.080-7. É atualização. O valor aprovado :R\$ 362.810,10. O valor de atualização R\$479.233,09. E o posicionamento da CAV é o mesmo. Que por se tratar de



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

atualização de valor de um projeto já avaliado, em termos da sua viabilidade técnica e orçamentária, eles são favoráveis ao prosseguimento do processo. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação dessa atualização, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Número 4- Desapropriação de imóvel para implantação do Parque Praia de São Paulo, processo 2010.0.214.132-6. Atualização de DESAP também. Passa de R\$ 194.808,44 para R\$ 279.380,26. Também a CAV se posiciona pelo prosseguimento, pelo fato do projeto já ter sido aprovado em sua viabilidade técnica e orçamentária. Então, os Conselheiros que são favoráveis da atualização, permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Agora o 5º imóvel do processo 2010.0.214.180-6. Atualização de DESAP também. Aprovado, R\$ 344.908,27. Atualizado, R\$ 495.424,59. Então a CAV se posiciona pelo prosseguimento, por conta de já ter havido anteriormente a avaliação técnica, orçamentária, e agora é uma questão de atualização monetária, de valor mesmo. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da atualização permaneçam como estão. Aprovado por unanimidade. Agora nós vamos para o segundo ponto de pauta. O segundo ponto da ordem do dia é a apreciação e deliberação sobre desapropriação de área para implantação do Parque Linear Sete Cruzes, processo 2009.0.330.632-4. Nós estamos com as colegas do DEPLAN, e eu pediria que elas se apresentassem, sempre falando no microfone, que a gente está gravando.

Karen: Será que a gente poderia apagar um pouco a luz? Que a gente vai mostrar em cima da fotografia aérea, não dá para ver direito. Eu sou a Karen, eu trabalho na DEPLAN 4, Departamento de Planejamento, na divisão de patrimônio ambiental. Trabalho com a Maria Rosa e com a Rosélia. A gente trabalha, principalmente, com desapropriação. Com desapropriação e criação de decretos de utilidade pública. Eu vim aqui hoje, a pedido da Rosélia. Eu não cheguei a trabalhar diretamente com a área da Mata Sete Cruzes. Eu cheguei a fazer o DUP, mas já faz muito tempo. Eu nem me arrisco a dizer se foi 2008, 2009, a época do decreto de utilidade pública, que é o primeiro passo que a gente dá. Eu não sei se o pessoal sabe mais ou menos como é que funciona a desapropriação. Primeiro a gente tem que fazer o DUP, fazer um traçado um pouco mais preliminar e com menos estudos. A gente faz o decreto... 2009? Eu quase acertei. E aí, quem trabalhou diretamente com a desapropriação, foi a Camila. Eu vou ficar com essa primeira parte. Só vou dar um panorama geral da situação de desapropriação de todo o município e da zona Leste também. E depois, ela fala um pouquinho da desapropriação, como que foi. O panorama atual, a gente tem 8 parques estaduais, nos registros. 81 parques municipais já criados. São 78 decretos de utilidade pública, 43 deles já têm processo expropriatório. Alguns com emissão da posse. Quer dizer que o município de São Paulo já tem a posse dessas áreas, que já pode ser implementado o Parque. Alguns, ou só tem o processo, ou então já está em fase de laudo. Acho que agora, com a luz apagada, dá para ver um pouquinho melhor da habitação



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

aqui da zona Leste. A gente vai falar da situação aqui do parque Mata Sete Cruzes, que fica na zona Leste 1, de acordo com a divisão de SEMPLA. Então em traçado vermelho, a gente tem os parques que já têm DUP. Em verde claro a gente tem os parques que a gente já iniciou algum processo expropriatório. A gente coloca no nosso banco de dados... como eu estava falando, a gente trabalha com desapropriação também, mas a gente organiza um pequeno banco de dados, para a gente conseguir acompanhar os nossos trabalhos. Para acompanhar o que a gente está fazendo. Então, esse é o nosso banco de dados. A gente faz dessa forma. Então, aqui, de verde claro, como eu disse, as desapropriações que já estão em andamento, quer dizer que são as plantas expropriatórias que já saíram de DEPLAN. Assim que as plantas saem de DEPLAN, a gente manda para a Secretaria de Negócios Jurídicos, a gente coloca no nosso banco. Aqui a situação do Mata Sete Cruzes. Aqui é a localização dele. A Camila vai falar um pouquinho da relação dele com o Consciência Negra. A gente já tem esse traçado maior, de vermelho, então é o DUP, são dois proprietários de toda essa área, essa pontinha aqui, que não tem planta expropriatória, na verdade não é intenção ter. Como eu disse, a DUP, primeiro, é um traçado um pouco mais genérico, não exige que tenha um estudo fundiário dessas propriedades. O que vai ser mesmo a intenção mesmo, de criação de parques, é dessa área aqui, maior, e de uma área menorzinha, que a gente vai ver no próximo slide, com o zoom um pouco maior. Então eu vou passar a palavra agora para a Camila, que trabalhou diretamente com essa área.

Camila: Meu nome é Camila. Trabalho na Divisão de Patrimônio Ambiental também. E trabalhei para a expropriatória do parque Mata Sete Cruzes. Então, aqui, como a gente pode acompanhar na tabela, na verdade, são dois proprietários, é a COHAB e a Companhia Comissária Resende. O perímetro do DUP é esse maior, em marrom. E a área da planta expropriatória é essa verde claro. A gente vê que o DUP é um pouquinho maior do que a planta expropriatória, porque a gente teve que fazer exclusão, aqui, ao norte, de uma área que está em processo de regularização fundiária. Que já está totalmente ocupada. E aqui, na verdade, ao fazer o estudo fundiário da área, a gente percebeu, ao olhar a planta de loteamento regularizada, dos confrontantes, e a planta de levantamento topográfico da área expropriada, que esse trechinho aqui estava reservado para a implantação de uma via, que seria a extensão da Neilas de Oliveira. Que é a via de acesso para o Parque, aqui no município de São Paulo, essa daqui. E por estar reservada para uma via, a gente pode dizer que é uma área pública. Só que depois a gente consultou SIURB para ver se ainda existia essa intenção de implantar uma via pública na área, eles informaram que não. Então a ideia é que, com a desapropriação do Parque, que esse Parque seja integrado, tanto a essa área, aqui que é pública, tanto a essa área aqui, e a essa área, que são áreas verdes do conjunto habitacional da COHAB. Sendo que essa área verde aqui é onde atualmente está



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

implantado o Parque da Consciência Negra. E aí... Ah, a gente estava falando da relação do Consciência Negra com o Sete Cruzes. Porque na verdade a indicação desses quatro lotes para desapropriação, desses quatro lotes aqui, quem fez foi COHAB. Esses quatro lotes, eles estão inseridos dentro do Parque da Consciência Negra. Então por isso que ele foi indicado para desapropriação. Que eles foram indicados para desapropriação. Aí, na verdade... então, daí aqui gente tem...

Edimilson: Porque aqui, isso que ela falou é uma coisa muito importante. Essa via aqui prevista, ela tinha sido criada para interligar essa via aqui, que são vias estruturais, que vão dar lá na avenida dos Metalúrgicos. Esse era um projeto antigo. Só que essa avenida prevista no plano da COHAB, ela passava e aterrava todos esses córregos e afluentes aqui, que são, nada mais nada menos, as nascentes do Rio Itaquera, um dos principais rios da cidade aqui, da zona Leste de São Paulo. Na verdade, isso é mais uma informação, só trazendo aqui o que a DEPLAN já sabe, que a intenção maior, disso daqui, é preservar todas essas nascentes que existem, desse córrego Itaquera, que também têm afluentes nascendo aqui, no Parque da Consciência Negra, e que agora, vão ter toda parte da bacia hidrográfica daqui, da cabeceira, preservada. Como também tem acontecido com outros vários parques, que o DEPLAN também tem trabalhado aqui, como as nascentes do Aricanduva, Caaguaçu e tudo o mais.

Cons. Alexandre: Soube aqui no processo, que para lá...

Edimilson: Isso. Aqui é um vale. Assim. E no outro vale de lá, é o Guaratiba.

Cons. Alexandre: Não sei se chega a pegar... No DUP estava considerado, mas não sei se na área que vai ser possível mesmo, implantar, chegou a se manter alguma proteção às nascentes do Guaratiba? Dá para mostrar..

Edimilson: Isso. Depois.

Camila: Na verdade, o córrego Ribeirão Itaquera, ele vira Guaratiba lá na frente. Que a gente tem o Parque Linear Ribeirão Guaratiba, inclusive. Fica lá na frente. Mas em Guaianases,

Edimilson: Aqui não incorpora as nascentes do Guaratiba. Aqui são as preservações do Rio Itaquera. Existe no Guaratiba, talvez, aquele projeto do Parque Santa Etelvina, uma vez eu vi a Rosélia apresentando alguma coisa, mas da outra face, não nessa face aqui, da cabeceira do Rio Itaquera, mesmo.

Cons. Alexandre: Entendi. Obrigado.



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Camila: Continuando. Na verdade, a gente vê nesses gráficos aqui que 88% do DUP está sendo desapropriado, restando 12% que é aquela parte que a gente mostrou, que não tem interesse em desapropriação mesmo. Em área, o 88% equivale a 787.953,98 metros quadrados, e a área que a gente não está desapropriando, é 105.342,20 metros quadrados. Aqui é a área para mostrar um pouco mais essa questão da interferência do Parque Mata Sete Cruzes com o da Consciência Negra. A gente vê que esses quatro lotes têm interferência com o parque, aqui. Por isso foram indicados para desapropriação. E aqui a gente tem uma imagem aérea. Daí, na verdade, o que a gente estava falando, que dá para ver que essa aqui é uma região muito frágil, que tem o solo exposto, um relevo superacidatado, mata em regeneração, além disso abriga os corpos hídricos, as nascentes do Ribeirão Itaquera. E por isso é uma área de extrema importância ambiental.

Orador não identificado: Só uma dúvida. Tem sobreposição na área com o Consciência Negra, é isso?

Camila: Tem. É. São 4 lotes. Estão inseridos dentro do Parque da Consciência Negra.

Orador não identificado: E eles ainda não foram...

Coordenadora Helena Magozo: Isso foi uma correção. Estava faltante no processo formal de desapropriação do Consciência Negra. Então, otimizou-se esse momento, para se fazer essa regularidade.

Orador não identificado: Não deu para resolver na época da Consciência Negra...

Coordenadora Helena Magozo: Agora que foi incorporado.

Camila: Aí acabou. É isso.

Edimilson: Essa questão do lote, o que aconteceu? Na época da intervenção do projeto, a ideia era preservar margem esquerda do córrego Itaquera até a área verde do conjunto habitacional. Na época, logicamente, você vê aquela área lá, a gente expandiu um pouco o perímetro, e ali foi criado um terreiro, um grande terreiro... inclusive, não foi nada edificado. Foi só criado um grande terreiro, que a gente tinha aquela intenção de se criar alguma atividade da cultura negra, dentro do Parque da Consciência Negra, então foi criado esse terreiro nesses lotes de COHAB. Agora está se aproveitando a oportunidade de fazer toda a regularização. É uma área que não é de interesse de COHAB, a partir do momento que a Subprefeitura e SIURB disse que não ia haver mais a via Nélcio de Oliveira. Esses lotes estavam para a Nélcio de Oliveira. Então está sendo um momento agora, de fazer toda a regularização e deixar o parque



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

redondinho. Que existe ainda essa irregularidade, na boa intenção, porque a gente, na verdade, preservou a área de preservação permanente, evitando que a COHAB implantasse alguma edificação na área. Agora a gente vai regularizar. Outra coisa importante também que eu acho legal também, falar da mata Sete Cruzes, grande parte dessa devastação que vocês veem aqui, essas clareiras, elas foram criadas na época da implantação do conjunto. A COHAB usou muito essas áreas de fundo de vale aqui, para fazer remoção de terra, e para fazer aterramento dos conjuntos habitacionais. Tanto que nessa obra que houve, da Consciência Negra, a gente encontrou várias cisternas onde a COHAB deslocava água para vir aqui. Os caminhões pipa vinham aqui, e levavam a água para fazer a construção dos conjuntos, na década de 80 e 90. Então existe, inclusive, ainda, esses resquícios dessas cisternas. Por isso, na verdade, que causou esse dano grande, que já está bastante regenerado. Mas a gente tem muitos problemas de solapamento no próprio córrego Itaquera, por conta dessa grande extração de terra, que foram retiradas, na década de 80, pela COHAB. Então por isso a intenção da gente tentar preservar isso daqui tudo, e fazer com que regenere toda essa região, que é muito importante, que têm muitos afluentes, têm muitas nascentes do Córrego Itaquera.

Cons. Alexandre: Só mais algumas dúvidas aqui, que eu estava folheando o processo. A questão das desapropriações. Você falou que têm dois proprietários, mas têm ocupação irregular, também.

Camila: Na verdade, isso foi um problema mesmo na desapropriação. Porque como o Edi falou, justamente nessa região aqui, de cima, tem uma pressão muito grande vinda da urbanização. E aí, na própria expropriação, a gente... quando a gente foi fazer o estudo fundiário, foi fazer vistoria no local, a gente percebeu que tinha uma ocupação dentro da área da COHAB, nesse trequinho, aqui nessa ponta. Aqui nessa imagem não está. Mas na verdade, no processo a gente separou a área maior em duas. Então uma com maior prioridade para desapropriação, que seria a área que está desocupada, aqui. E essa área aqui, a gente deixou para um segundo momento, que seria... Eu acho que no próprio processo tem uma folha de informação da COHAB, dizendo que ela se compromete a remover esse pessoal que está aqui, a longo prazo, assim. Na verdade, a gente está esperando que essas medidas sejam tomadas pelo proprietário, para poder avançar com a desapropriação nesse trecho também. Nesse trequinho aqui. Mas assim, o único trecho que tem ocupação dentro da área, é essa pontinha aqui, que está isolada. A gente deixou para uma segunda etapa da desapropriação.

Cons. Alexandre: É responsabilidade da COHAB fazer a...

Camila: É. A gente não pode adquirir uma área com ônus, com ocupação.



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Cons. Alexandre: Mais uma questão aqui para entender o andamento do processo, são plantas e plantas. É bastante informação. Tem a questão da divisa de município. Mas teve um período de um ano parado o processo. Eu não sei. Você sabe dizer o que foi?

Camila: Na verdade, esse processo ficou parado um tempinho porque, a princípio, essa área ia ser adquirida com recurso de Compensação Ambiental da Petrobrás. E aí, na verdade, aconteceu foi que a Petrobrás entrou com uma liminar... Assim, estava acertado, tudo. Mas a Petrobrás, ela entrou com uma liminar com a prerrogativa, dizendo que ela não tinha obrigação em estar executando essa compensação ambiental. E aí, por conta disso, essa expropriatória, na verdade, na compensação ambiental da Petrobrás, estava prevista a aquisição dessa área, e mais o Morro do Cruzeiro e do Guaratiba. E são três áreas que ficaram paradas, realmente, um ano por conta desse problema com a Petrobrás. E aí, agora que a Rosélia está dando encaminhamento. A gente está vendo o encaminhamento para aquisição dessa área.

Cons. Alexandre: Também, ainda para entender. O que a gente vai deliberar hoje, seria...

Camila: A compra, a aquisição dessa área. Que na verdade, o valor a gente trouxe. Não colocou no slide, mas a gente colocou aqui.

Coordenadora Helena Magozo: A gente vai ler aqui, o parecer técnico da CAV. Então a proposta é para... na verdade, não é implantação. É desapropriação. Não é implantação, como no outro caso, do projeto. Eu acho que o mais adequado é desapropriação para o Parque Sete Cruzes. A presente proposta, apresentada por DEPLAN 4, visa desapropriar uma área para implantação do Parque Mata Sete Cruzes, referente ao processo 2009.0.330.632-4, utilizando recursos da dotação do FEMA. Proponente: SVMA - DEPLAN 4. Valor total, orçamento referencial final R\$ 5.113.047,04. Análise e avaliação da proposta: enquadramento nas diretrizes, objetivos e princípios da política municipal do meio ambiente, Sistema Nacional do Meio Ambiente, SISNAMA, legislação ambiental vigente, bem como nas diretrizes, prioridades e programas de alocação de recursos estabelecidos pelo CADES. A proposta se enquadra nas diretrizes do SISNAMA e do CADES, em especial quanto ao artigo 57 da Lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que determina explicitamente: que os recursos do Fundo Especial de Meio-Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, destina-se, principalmente, a apoiar, entre outros, manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Enquadramento nas estratégias de ação recomendadas. Segundo a resolução 146/CADES/2012, de 26 de março de 2012, que trata da diretriz anual para utilização dos recursos do FEMA, observamos que a presente proposta se



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

enquadra na diretriz referente à expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação. A proposta atende à resolução 14/CONFEMA, que é aquela que hoje foi mudada, de 12 de maio de 2011, a qual prevê que os recursos depositados no FEMA pelo empreendedor, por determinação da Câmara de Compensação Ambiental, CCA/SVMA nos termos de compensação ambiental, TCA, serão utilizados para aquisição de terras, para implantação de áreas verdes, em conformidade com os pressupostos do sistema de áreas verdes, instituído pela Lei Municipal 131430/2002, Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise técnica da proposta: o futuro Parque Mata Sete Cruzes localiza-se no distrito Cidade Tiradentes, contíguo ao Parque Consciência Negra, e possui uma área total de 893.296,18 metros quadrados. Essa área está inserida em uma ZEPAN, e a criação do Parque faz parte do Plano Estratégico da Subprefeitura de Cidade Tiradentes, lei municipal 13.885/04. O DUP da área foi definido pelo decreto 51.090, de 9 de dezembro de 2009. A importância da preservação da área se justifica pela exigência de maciços de vegetação e nascentes de córregos no local, além do fato de que a região encontra-se sob grande pressão, pela existência de ocupações irregulares em seu entorno. Além disso, a presença do Parque Consciência Negra ao lado, permitirá a integração do maciço vegetal dos dois parques, em uma grande área contínua de preservação. Análise econômica orçamentária da proposta: por se tratar de uma desapropriação, foi elaborado o laudo de avaliação administrativa para instrução de ação desapropriatória por DESAP, que se encontra anexado à folha 229 a 285 desse processo. O valor resultante é de R\$ 5.113.047,04, com data de 22 de dezembro de 2011. Conforme informação à página 307 desse processo, foi deliberada pela Câmara de Compensação Ambiental a destinação de recursos para desapropriação da área necessária à implantação desse Parque. A ata encontra-se anexada à página 305. Em vista desses fatos e pela importância da preservação da área, somos pelo prosseguimento do processo. Conclusão: consideramos que a proposta atende aos critérios de seleção estabelecidos para contemplação de financiamento do FEMA. Tudo bem? Então vamos para a deliberação? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação do projeto de desapropriação do Parque Mata Sete Cruzes, permaneçam como estão. Está aprovado por unanimidade. Obrigada aos colegas. Eu tinha só duas notícias para os Conselheiros. Primeiro que já está em uma fase próxima da CAV, que está avaliando as propostas que chegaram para o edital FEMA número 9, a solicitação de complementações quando for o caso, porque como está sendo visto em bloco, todas as propostas com a participação dos diferentes núcleos, o processo é meio demorado, porque é único. Não é solicita complementação uma a uma, à medida que são avaliados os projetos. E outra notícia seguinte, é que nós tivemos duas audiências públicas, apresentações públicas, uma na zona sul e uma na zona leste, para os agricultores dessas regiões, de uma proposta de edital para certificação dos agricultores locais, na continuidade daquele edital que nós tivemos apoiando a agricultura urbana e periurbana.



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

Então, na zona Sul foi na semana passada. Nós tivemos um grande número de agricultores, de entidades presentes. E hoje está acontecendo na zona Leste. Porque são as duas regiões na cidade que acabam congregando, tendo a presença maior desses pequenos agricultores familiares. Então, logo para frente, a gente pode ter uma notícia de um novo edital com esse foco, de apoio à certificação dos pequenos agricultores. Pois não.

Cons. Alexandre: Eu queria só... É extra reunião também, aproveitar depois... Acho que eu precisava subir com vocês, no DEPLAN, só para acompanhar o processo que a gente enviou, de um anexo lá, do Parque Guaratiba, e que eu conversei por telefone. Podemos, depois, subir só para conversar?

Secretário Eduardo Jorge: Minha preocupação é se nós vamos conseguir comprar isso esse ano, ainda. Isso é uma reivindicação muito antiga da população daquela região, da COHAB Tiradentes. Pelo que eu vi aqui, vai ter que ter atualização. Então esse dinheiro é um dinheiro grande, a gente tem disponível e tem chance de realizar esse ano. Mas tem que ter essa atualização para poder pagar a COHAB.

Coordenadora Helena Magozo: Essa atualização, a gente tem que pedir para o DEPLAN, para a Rosélia agir diretamente com DESAP, para pedir a agilização desse processo, Eduardo. Assim que funciona.

Secretário Eduardo Jorge: É isso aí. Mas se tiver dificuldade, é bom a Rosélia mandar e-mail para mim, para poder mandar e-mail para a DESAP, para poder fazer isso esse ano. Porque, se não, arrisca ficar para o ano que vem, pode ficar incerta a situação dessa região. Era bom conseguir pagar esse ano, isso aí.

Coordenadora Helena Magozo: Eu acho que nós temos um procedimento, agora. Saindo a resolução amanhã, nós mandamos para a DAF... O processo é assim: DAF faz a transferência para a DESAP, e depois é que vem o pedido de complementação. Mas ao mesmo tempo, chegando em DESAP, eu vou pedir para a Rosélia acompanhar pelo sistema, chegando em DESAP, para ela pedir uma avaliação e um posicionamento célere desse processo. Obrigada a todos e a todas.

EDUARDO JORGE MARTINS ALVES SOBRINHO

Presidente do Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CONFEMA



68ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – CONFEMA

CONSELHEIROS PRESENTES:

ALEXANDRE FALCÃO DE ARAÚJO
AMÉLIA TAMIKO SEGUCHI TOLEDO
CRISTINA PEREIRA DE ARAÚJO
GILMAR ALTAMIRANO
GINA ARMELIN PAGOTTO
MARIA CECÍLIA PELLEGRINI GÓES

HELENA MARIA DE CAMPOS MAGOZO
Coordenadora Geral do CONFEMA

RUBENS BORGES
Secretário Executivo